
TRAJETÓRIA DA INADIMPLÊNCIA NO BRASIL: CAUSAS E IMPLICAÇÕES ENTRE 2019 E 2022.

TRAJECTORY OF DEFAULT IN BRAZIL: CAUSES AND IMPLICATIONS BETWEEN 2019 AND 2022.

JOÃO HENRIQUE KREUTZER, LEANDRO HUPALO

RESUMO

Durante o período de 2019 a 2022, o Brasil experimentou uma significativa trajetória de inadimplência, fortemente influenciada por eventos econômicos e sociais. A crise econômica, agravada pela pandemia de COVID-19, desencadeou desafios financeiros generalizados, resultando em um notável aumento nos índices de inadimplência. Fatores como o aumento do desemprego, a volatilidade econômica e a redução da renda disponível contribuíram para a complexidade desse cenário. A análise desses anos revela a interligação entre a conjuntura econômica e os padrões de endividamento, destacando a vulnerabilidade dos consumidores frente a crises sistêmicas. A compreensão desses fatores é essencial para a formulação de estratégias eficazes de gestão financeira e políticas públicas que visem à mitigação dos impactos negativos da inadimplência. Apesar de oferecer *insights* valiosos sobre essa trajetória, é crucial reconhecer as limitações da análise, incluindo a complexidade do fenômeno da inadimplência e a possível influência de variáveis não consideradas. Diante desse panorama desafiador, o estudo destaca a necessidade contínua de pesquisa e a implementação de medidas que promovam a resiliência financeira, a educação financeira e estratégias para enfrentar cenários adversos.

Palavras chave: Inadimplência; Educação Financeira; Crise Econômica; Endividamento.

ABSTRACT

During the period from 2019 to 2022, Brazil experienced a significant trajectory of default, strongly influenced by economic and social events. The economic crisis, exacerbated by the COVID-19 pandemic, triggered widespread financial challenges, resulting in a notable increase in default rates. Factors such as rising unemployment, economic volatility, and reduced disposable income contributed to the complexity of this scenario. The analysis of these years reveals the interconnection between economic conditions and borrowing patterns, highlighting the vulnerability of consumers to systemic crises. Understanding these factors is essential for formulating effective financial management strategies and public policies aimed at mitigating the negative impacts of default. Despite providing valuable insights into this trajectory, it is crucial to recognize the limitations of the analysis, including the complexity of the default phenomenon and the possible influence of unconsidered variables. In the face of

this challenging panorama, the study emphasizes the ongoing need for research and the implementation of measures that promote financial resilience, financial education, and strategies to address adverse scenarios.

Keywords: Default; Financial Education; Economic Crisis; Indebtedness.

INTRODUÇÃO

Os principais fatores que levam os consumidores a fazerem compras impulsivas incluem depreciação rápida de mercadorias, lançamento contínuo de novos produtos, bombardeio de propagandas que estimulam compras diárias, medo e pressão do público por status, regulamentos e padrões de convivência (Cordenonssi, 2023).

A facilidade de acesso ao crédito, com muitos produtos sem garantias e múltiplas opções de prazos de pagamento, é um dos maiores motivos para o endividamento excessivo das famílias brasileiras. O consumo inadequado por parte de consumidores que não analisam sua própria solvência pode ser patológico em alguns casos, pois se caracteriza por comportamentos compulsivos para satisfazer desejos (Antoniazzi *et al.*, 2019).

Segundo Zancanaro (2018), o fácil acesso ao crédito e a cultura consumista se destacam como catalisadores do endividamento. Isso, por sua vez, aliado ao nível incerto de educação financeira da sociedade brasileira, desde o momento em que a dívida foi contraída, tem, inevitavelmente, levado muitas famílias à inadimplência.

Nesse sentido, as soluções podem ser: coordenação de gastos, orçamento, priorização familiar, identificação de hábitos de consumo e gerenciamento de contingências, presença de consultores financeiros e exibição financeira para orientar as famílias para gastos responsáveis com conscientização. transação de crédito (Zancanaro, 2018).

Quando a taxa de inadimplência é baixa, as instituições financeiras tendem a fornecer mais crédito; se esta taxa for alta, a oferta de crédito diminui devido ao maior risco de inadimplência. Desse modo, foram criados os mecanismos analíticos com o

objetivo de direcionar o crédito para a economia, assim, os consumidores de crédito têm menor tendência à inadimplência (De Freitas; Junior; Seydi, 2017).

De acordo com estudo realizado pelo Banco Central (2019), para o período de 2010 a 2019, a situação de consumidores do tipo pessoa física que apresentam endividamento acima da capacidade de pagamento, baixa qualidade do crédito e persistência desse cenário pode levar a consequências negativas tanto no gerenciamento financeiro quanto na qualidade de vida dos indivíduos.

Além disso, o estudo indica que o excesso de endividamento é um fenômeno que afeta de forma homogênea todas as regiões do país e parece estar concentrado em faixas de renda média, indicando ser um problema nacional. Por fim, o estudo aponta que a inadimplência tende a ser maior entre os consumidores expostos a modalidades de crédito pessoal sem consignação, crédito rotativo e cheque especial, em comparação a financiamentos imobiliários e automotivos, que possuem bens como garantia (Banco Central do Brasil, 2019).

Em março de 2023, o Brasil registrou a maior taxa de inadimplência já registrada na série histórica do levantamento conduzido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). De acordo com o indicador, 40,58% dos brasileiros adultos estavam com pendências financeiras nesse período. Esse cenário negativo afetou aproximadamente 66 milhões de brasileiros com dívidas em atraso.

Esses dados foram coletados pela base de informações da CNDL/SPC Brasil, abrangendo todas as capitais, regiões metropolitanas e interior dos 26 Estados da federação, além do Distrito Federal. No mês de março de 2023, cada consumidor com pendências financeiras apresentava uma média de R\$ 3.974,73 em dívidas, considerando o total acumulado. Essas dívidas distribuíam-se, em média, para 2,05 empresas credoras por inadimplente.

Levando em conta que a facilidade ao acesso ao crédito pode levar ao endividamento e comprometimento da saúde financeira do cliente, este cenário precisa ser revertido. Os consumidores precisam mudar suas prioridades e controlar seus gastos de forma consciente. Apesar de não ser uma tarefa simples, a saúde financeira e a conscientização dos gastos devem ser tratadas com urgência

(Zancanaro, 2018). Diante desse cenário, pergunta-se: quais as causas e implicações da inadimplência no Brasil entre 2019 e 2022 a partir da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)?

Para tal, o estudo tem como objetivo geral analisar as causas e implicações da inadimplência no Brasil entre 2019 e 2022 a partir da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), tendo, ainda, como objetivos específicos: (a) caracterizar a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC); (b) apresentar o perfil das famílias participantes da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC); (c) relacionar os dados de inadimplência e endividamento das famílias com o perfil socioeconômico.

Deste modo, o estudo está dividido em cinco seções, sendo a primeira referente à introdução onde são apresentados os objetivos e as motivações para o estudo. Na sequência é apresentada a revisão teórica e os principais autores e estudos que serviram de base o trabalho. A terceira seção refere-se aos percursos metodológicos adotados pelo estudo, tais como a caracterização da pesquisa, a coleta e a análise dos dados. Logo após são apresentados os resultados e discussões do estudo e, por fim, as considerações finais juntamente com as limitações e possibilidades de continuidade do estudo.

REVISÃO TEÓRICA

De acordo com informações veiculadas pela CNN Brasil em 2021, o endividamento das famílias brasileiras atingiu um recorde em abril de 2021. Dados do Banco Central em 2021 apontam que essa taxa alcançou 58,8%, em grande parte como consequência da crise econômica desencadeada pela pandemia de coronavírus.

O cenário econômico do país também teve impacto sobre outro indicador importante, a taxa básica de juros da economia brasileira, conhecida como a taxa Selic. Em agosto de 2020, o Comitê de Política Monetária (COPOM) tomou a decisão de reduzir a taxa Selic para 2%. Isso resultou na taxa básica de juros do país atingindo o seu nível mais baixo já registrado na história (Feijó; Araújo; Bresser-Pereira, 2022).

A inadimplência das famílias brasileiras se tornou uma preocupação significativa em 2020. De acordo com os dados do SERASA de dezembro de 2020, 25,2% das famílias brasileiras estavam em situação de inadimplência, ou seja, com pagamentos em atraso. Esse percentual representou um aumento de 0,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Isso indica um aumento na proporção de famílias enfrentando dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras (SERASA, 2020).

No contexto das crises econômica e de saúde presenciadas, é evidente que o endividamento das famílias experimentou um notável aumento durante a pandemia de Covid-19. Conforme reportado pela PEIC, a proporção de famílias endividadas apresentou um crescimento contínuo a partir de fevereiro de 2020, atingindo seu ponto máximo de 67,5% em agosto. É notável que esse tenha sido o nível mais alto registrado historicamente. Em média, ao longo de 2020, a proporção de famílias endividadas foi de 66,5%, representando um aumento de 2,8% em relação à média do ano anterior. Além disso, o percentual de famílias inadimplentes também aumentou, com uma média anual de 22,5% das famílias tendo contas em atraso em 2020 (Melo; Cabral, 2020).

De acordo com um estudo conduzido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em conjunto com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), focado em brasileiros que possuem contas em atraso por um período mínimo de três meses, observou-se que o endividamento causou impactos emocionais negativos em oito em cada dez (82,2%) dos inadimplentes entrevistados. O sentimento mais frequentemente mencionado foi a ansiedade (63,5%), seguido por estresse e irritação (58,3%), tristeza e desânimo (56,2%), angústia (55,3%), e vergonha (54,2%) (CNDL; SPC; 2020).

A busca por finanças pessoais não é algo novo ou surpreendente. Diversos estudos analisaram o comportamento financeiro dos investidores durante períodos de crise, revelando diferentes perspectivas. É importante ressaltar que durante os momentos mais difíceis da crise, os investimentos tendem a diminuir e o medo de investir está intrinsecamente ligado às preocupações sobre como a crise pode impactar o

mercado consumidor. A percepção dos investidores em relação aos riscos se altera, levando a um comportamento mais cauteloso nos investimentos (Felipe *et al.*, 2017).

Conforme assegurado por Gaspar (2011), a ausência de estabilidade financeira em um indivíduo resultará em consequências significativas para sua qualidade de vida. O desequilíbrio financeiro pode desencadear estresse, insônia e até mesmo depressão, além de afetar negativamente a estrutura familiar e o meio social em que a pessoa está inserida.

Um planejamento financeiro bem elaborado é essencial para a vida das pessoas, pois além de evitar estresses constantes, pode prevenir doenças físicas e psicológicas que prejudicam a qualidade de vida. Nesse sentido, Hoji (2010) destaca que a saúde financeira, física e mental possui definições semelhantes e estão interligadas, estabelecendo uma relação de dependência mútua.

A inadimplência consiste no não cumprimento de uma obrigação de pagamento acordada entre duas ou mais partes após a data combinada. Em outras palavras, uma pessoa se torna inadimplente quando não realiza o pagamento de suas dívidas até a data de vencimento estipulada. Quando as famílias ficam inadimplentes, podem acabar perdendo a reputação de bons pagadores, o que prejudica a obtenção de crédito em futuras oportunidades (Oliveira; Coronato, 2016).

As famílias brasileiras atingiram em abril de 2021, uma taxa de 58,8%, resultado da crise econômica decorrente da pandemia. Conforme o Banco Central, o endividamento se refere à contração de uma dívida ao adquirir produtos no mercado para serem pagos em parcelas posteriormente (Ramos, 2021).

Além disso, conforme argumentado por Friolim (2017), o fácil acesso ao crédito e opções de parcelamento tem permitido aos brasileiros adquirir bens com valor superior à sua renda mensal, mudando seus padrões de consumo e criando a ilusão de aumento de status social. No entanto, muitos indivíduos acabam comprometendo parte de sua renda, resultando em endividamento e inadimplência. Assim, é possível afirmar que há uma relação positiva entre o nível de concessão de crédito e o nível de inadimplência.

De acordo com um estudo divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC), em 2021, as dívidas mais frequentes entre os

brasileiros nos últimos anos incluem o uso do cartão de crédito, parcelas de carnês, financiamento de veículos e imóveis, bem como empréstimos pessoais (CNC, 2021).

De acordo com Kunkel, Vieira e Potrich (2015), o uso do cartão de crédito resulta em dívidas para o usuário, mas aqueles que pagam as faturas mensais dentro do prazo estabelecido não são classificados como endividados, pois não incorrem em juros nessas condições. Em contrapartida, segundo as autoras, os consumidores que possuem um saldo devedor sujeito à incidência de juros são considerados endividados em relação ao cartão de crédito, sendo a dívida compreendida como o saldo remanescente após o pagamento da fatura mensal. Dependendo do montante da dívida, há um comprometimento significativo da renda, o que pode tornar o consumidor incapaz de cumprir com suas obrigações financeiras.

Por outro lado, quando optado por comprar através do carnê, o consumidor tem a possibilidade de parcelar em mais vezes em comparação com o cartão de crédito. No entanto, é importante destacar que os juros associados a essa modalidade de pagamento tendem a ser consideravelmente maiores. Por esse motivo, guardar o dinheiro para realizar uma compra à vista no futuro pode se revelar uma opção mais vantajosa (Reis, 2018)

Ao optar por financiamentos, torna-se necessário destacar alguns pontos aos consumidores. É crucial ressaltar que as taxas de juros variam entre bancos e clientes, tornando essencial que o consumidor pesquise e compare as instituições financeiras para encontrar as melhores condições que se apliquem a ele (Filgueiras, 2021).

Já o crédito pessoal, também conhecido como empréstimo pessoal, é uma linha de crédito geralmente pré-aprovada para os correntistas de instituições bancárias. De fácil contratação, essa modalidade é bastante popular entre os brasileiros (Reis, 2018).

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o crescimento do desemprego, muitas vezes causado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas, contribui para uma maior redução do consumo e agravamento desse cenário. Nessa situação, que está além do controle do consumidor, torna-se impossível manter as contas em dia sem um fluxo adequado de receitas (Serasa Experian, 2018).

Ainda de acordo com a Serasa Experian (2018), a redução da renda média familiar é apontada como o segundo fator que mais contribui para a inadimplência, visto que as pessoas aceitam salários menores para garantir a reinserção no mercado de trabalho. No entanto, as despesas permanecem inalteradas, levando o consumidor a priorizar alguns pagamentos e adiar outros. Nesse momento, as contas começam a se acumular, e, em algumas situações, os consumidores perdem o controle total do gerenciamento de suas finanças.

Além disso, a falta de educação financeira é um dos pontos relevantes na lista dos fatores que levam à inadimplência, segundo a Serasa Experian (2018). Conforme esse estudo, é notável que os brasileiros deixam de investir devido à falta de conhecimento do mercado, o que resulta na ausência de uma reserva financeira. Como consequência, os consumidores ficam constantemente vulneráveis à inadimplência.

O Brasil registrou seu primeiro caso de infecção pelo vírus em 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo, de acordo com informações do Ministério da Saúde (2020). Esse evento marcou o início de desafios complexos nas áreas da saúde, política e economia, cuja duração futura era incerta.

A drástica diminuição na atividade econômica resultou do isolamento social, no qual apenas as atividades consideradas essenciais puderam continuar operando, como supermercados, farmácias, postos de combustíveis e hospitais. Isso resultou em impactos em vários setores ao redor do mundo (Gullo, 2020).

No Brasil, as medidas de restrição de circulação de pessoas e isolamento social tiveram início em abril de 2020, visando conter a propagação do vírus. Essas ações tiveram impactos diretos no emprego e na renda da população. Adicionalmente, o governo brasileiro anunciou diversas medidas de apoio ao setor empresarial, com o objetivo de amparar os negócios durante a crise (Rodrigues, Da Silva; Da Silva Rodrigues, 2021).

Dessa forma, resultou na suspensão dos contratos de trabalho, com o Estado assumindo o papel de financiador dos salários durante o período de suspensão. Além disso, foram disponibilizadas linhas de crédito subsidiadas para as empresas e assistência aos empreendedores informais e microempreendedores individuais. Isso

gerou preocupações sobre o cenário pós-pandemia, devido ao aumento significativo da dívida do governo para sustentar a economia durante a crise, uma situação que ocorreu em vários países, não apenas no Brasil (De Lima; Freitas, 2020).

Segundo dados do World Bank (2020), previa-se que a atual recessão econômica seria mais acentuada do que as crises financeiras globais de 2008-2009 e as crises de dívida na América Latina na década de 1980.

O contexto econômico no Brasil, até então, estava direcionado para a recuperação após a crise de 2014-2017. Essa crise teve origem em uma combinação de choques de oferta e demanda, resultantes de erros na política econômica. Esses fatores culminaram em uma desaceleração do crescimento econômico do país e geraram incertezas em relação à saúde financeira do setor público (Barbosa Filho, 2017).

De abril a julho de 2020, as medidas de restrição à circulação de pessoas e o isolamento social, implementados por municípios e estados com o objetivo de conter a propagação do vírus, tiveram um impacto significativo no emprego e na renda da população. Os trabalhadores informais foram os primeiros a sofrer com a crise, enquanto os trabalhadores formais conseguiram manter seus empregos por um certo período, devido aos custos associados à demissão e à contratação que as empresas precisariam suportar. No entanto, as micro e pequenas empresas foram as mais duramente atingidas, uma vez que enfrentaram desafios na gestão de seus recursos financeiros. Os setores mais prejudicados incluíram a indústria de alimentação fora de casa, turismo e transporte (Ministério da Economia, 2020).

A principal medida de apoio financeiro direcionada aos trabalhadores, implementada pelo governo, foi o Auxílio Emergencial. Esse benefício foi direcionado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Eles tiveram direito a receber três parcelas, com a possibilidade de extensão, no valor de R\$ 600, desde que cumprissem os requisitos estabelecidos. Foi registrada uma estimativa de aproximadamente 70 milhões de solicitações, o que representa cerca de um em cada três brasileiros solicitando o auxílio. Além disso, houve uma flexibilização nos critérios de renda familiar per capita para acessar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Becker, 2021).

A Rússia e a Ucrânia desempenham um papel significativo nas indústrias globais de alimentos e fertilizantes, sendo consideradas potências mundiais nesses setores. A guerra entre esses países tem gerado preocupações em relação à segurança alimentar global, uma vez que são conhecidos como "celeiros globais" e desempenham um papel crucial na produção e exportação de commodities agrícolas vitais, minerais, fertilizantes e energia. Muitas vezes, os recursos exportáveis estão concentrados em um número limitado de nações, o que pode tornar esses mercados mais suscetíveis a choques e volatilidade (Bem Hassen; El Bilali, 2022).

A invasão militar da Ucrânia pela Rússia teve repercussões nas economias de diversos países ao redor do mundo. Em abril de 2022, aproximadamente 1,7 bilhão de pessoas em 107 economias se encontravam expostas a pelo menos um dos riscos relacionados à segurança alimentar, energia ou finanças (Unep, 2022).

No contexto brasileiro, embora a Rússia não seja um dos principais parceiros comerciais do Brasil, desempenha um papel fundamental, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de insumos agropecuários, como adubos e fertilizantes (Diz; Possamai; Serigati, 2022).

Além disso, é importante destacar que o setor de agronegócio desempenhou um papel significativo, representando 27,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021. O país é reconhecido como um dos principais exportadores globais de produtos agrícolas (MAPA, 2022).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza quali-quantitativa e descritiva e exploratória em relação aos objetivos. Quanto aos procedimentos utilizados, foram empregadas técnicas de pesquisa documental e coleta de dados por meio de levantamento.

A abordagem quali-quantitativa é uma metodologia de pesquisa que combina elementos da pesquisa qualitativa e quantitativa, permitindo uma compreensão mais abrangente de um determinado tópico. Conforme Hesse-Biber (2010), essa metodologia é particularmente útil quando se busca explorar tanto as experiências individuais quanto as tendências mais amplas relacionadas a um fenômeno. No

entanto, é importante destacar que essa abordagem exige um planejamento cuidadoso e a integração eficaz de dados qualitativos e quantitativos.

Uma pesquisa de natureza aplicada é uma abordagem que se concentra na aplicação prática de teorias, conceitos e técnicas em situações do mundo real. Essa metodologia é frequentemente empregada em estudos interdisciplinares, bem como em pesquisas destinadas a resolver problemas concretos (Robson, 2002).

A pesquisa aplicada tem como foco a análise dos desafios que surgem nas operações de instituições, organizações, grupos e atores sociais. Seu objetivo principal é realizar diagnósticos, identificar problemas e desenvolver soluções práticas. Esses estudos são conduzidos em resposta a demandas específicas formuladas por clientes, atores sociais ou instituições (Thiollent, 2009)

O estudo é classificado, ainda, como exploratório, pois tem como objetivo aprofundar a compreensão de um problema, tornando-o mais claro e possibilitando a formulação de hipóteses. De acordo com Gil (2009), um estudo exploratório ajuda a desenvolver ideias e descobrir intuições. Normalmente, esse tipo de estudo é conduzido quando há um conhecimento limitado sobre o tema a ser abordado (Aaker, 2007).

A pesquisa bibliográfica envolve a coleta de referências teóricas que foram previamente estudadas e publicadas em formatos escritos e eletrônicos, tais como livros, artigos científicos e páginas da web. Em qualquer empreendimento científico, o ponto de partida é a pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador se inteirar do que já foi investigado sobre o tópico em questão. Algumas pesquisas científicas se baseiam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, cujo propósito é reunir informações e conhecimentos prévios relativos ao problema que está sendo investigado (Fonseca, 2002).

Os dados empregados neste estudo foram coletados a partir das fontes disponibilizadas pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), bem como dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adicionalmente, este trabalho se vale de informações

contidas em artigos científicos e matérias jornalísticas, visando oferecer uma visão abrangente sobre o problema investigado.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), tem como finalidade realizar um diagnóstico do nível de endividamento e inadimplência entre os consumidores. Ela avalia o grau de endividamento, a proporção de inadimplentes, a intenção de quitar dívidas pendentes e o grau de comprometimento da renda (CNC, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população brasileira tem experimentado um notável aumento no endividamento, de acordo com os índices de inadimplência divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019).

O endividamento tem sido historicamente uma questão sensível, especialmente quando relacionado ao consumo em excesso. Muitas pessoas carecem de conhecimento sobre o planejamento financeiro, o que leva a uma parcela significativa a contrair dívidas devido às dificuldades em gerir suas finanças. Essa falta de habilidade acaba contribuindo de maneira negativa para o endividamento pessoal.

Ainda hoje, muitas pessoas confundem os termos endividamento e inadimplência, considerando-os sinônimos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), quando alguém recorre a empréstimos financeiros para adquirir um bem, está, na verdade, se endividando. No entanto, é importante ressaltar que o excesso de dívidas pode levar o consumidor a uma situação de inadimplência, que ocorre quando ele não consegue quitar um compromisso financeiro até a data de vencimento. Dessa perspectiva, a inadimplência decorre do processo de endividamento, tornando evidente a interconexão entre esses dois termos (Eugenio, 2021).

Os dados referentes ao endividamento e à inadimplência do consumidor foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Essas informações são disponibilizadas mensalmente em

arquivos de dados no formato Portable Document Format (PDF) e podem ser acessadas na seção "Pesquisas" nos sites oficiais da CNC.

O propósito da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) é efetuar um diagnóstico do grau de endividamento e inadimplência entre os consumidores. A partir dos dados coletados, são calculados indicadores de grande relevância, incluindo o nível de endividamento, a proporção de pessoas em situação de inadimplência, a intenção de quitar dívidas em atraso e o grau de comprometimento da renda. A pesquisa facilita o acompanhamento da extensão do comprometimento do consumidor com suas dívidas e a avaliação de sua percepção acerca da capacidade de quitação, aspectos cruciais para o processo de tomada de decisões por parte dos empresários do setor comercial e demais atores econômicos (CNC, 2022).

A CNC é uma entidade sindical que representa um dos principais setores da economia brasileira, composta por 34 federações patronais e 999 sindicatos que são os mais representativos em seus respectivos setores. Essa organização realiza a pesquisa sobre o endividamento das famílias brasileiras desde o ano de 2010. Para a coleta de dados, são consultadas amostras de aproximadamente 18.000 consumidores nas capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal (CNC, 2022).

O endividamento familiar tornou-se um tópico de grande relevância, particularmente em decorrência da crise econômica e de saúde desencadeada pela pandemia de Covid-19. Isso resultou em um aumento substancial na taxa de desemprego, à medida que muitas pessoas passaram da situação de afastamento temporário para o desemprego (Alves; De Carvalho, 2020).

Os primeiros casos de Covid-19 surgiram em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Com o aumento de casos em várias partes do mundo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a doença como uma pandemia em março de 2020. Devido à rápida disseminação e transmissão do vírus, vários países adotaram medidas como o isolamento social, o distanciamento e até mesmo o lockdown para conter a propagação da doença. No Brasil, essas medidas foram implementadas por meio da Lei nº 13.979/2020, que estabelece diretrizes para o enfrentamento da pandemia, incluindo o isolamento e a quarentena (Brasil, 2020)

Essas ações tiveram um impacto direto na economia, uma vez que apenas as atividades essenciais, como supermercados e farmácias, continuaram operando. Nesse contexto, o endividamento das famílias cresceu consideravelmente durante a pandemia de Covid-19. Conforme os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), a média de famílias endividadas em 2020 foi de 66,5%, atingindo um recorde em 2021, com 70,9% das famílias em situação de endividamento (CNC, 2021).

O endividamento é um processo de natureza complexa, influenciado por uma série de fatores diversos que contribuem para seu surgimento e evolução. O entendimento precoce desses elementos facilita a implementação de medidas preventivas e corretivas, com o objetivo de preservar a qualidade de vida.

O índice de endividamento é uma medida utilizada para calcular a proporção do orçamento pessoal que está destinada ao pagamento de dívidas. Ao empregar o índice de endividamento, o indivíduo pode obter uma visão abrangente de como suas obrigações financeiras afetam o seu orçamento mensal (Aguiari, 2019)

A Tabela 1 ilustra a média percentual de endividamento das famílias anualmente, no período de 2019 a 2022. É possível notar que o nível de endividamento teve aumento constante e atingiu um patamar superior a 70% em 2021 e 2022.

Tabela 1 – Proporção de famílias brasileiras endividadas entre 2019 e 2022

Ano	Proporção
2019	63,6%
2020	66,5%
2021	70,9%
2022	77,9%

Fonte: PEIC (2022).

De acordo com a Tabela 1, em 2022, a proporção era de 78 em cada 100 famílias brasileiras que se encontravam em situação de endividamento. Esse índice

representa o nível mais alto registrado desde o início da série histórica da PEIC, que teve início em 2010.

Três elementos desempenharam um papel fundamental no registro recorde de endividamento em 2022: o aumento da inflação na primeira metade do ano, que reduziu o poder de compra das famílias; a crescente promoção do uso de cartões de crédito, com a introdução de novos produtos e serviços por parte de bancos e *fintechs*; e, para a classe média alta da população, a liberação da demanda reprimida por serviços como viagens e aquisição de passagens aéreas, que frequentemente são pagos com cartão de crédito (CNC, 2022). A Tabela 2 apresenta a proporção de famílias com contas em atraso entre os anos de 2019 e 2022.

Tabela 2 – Proporção de famílias brasileiras com contas em atraso entre 2019 e 2022

Ano	Proporção
2019	24,0%
2020	25,5%
2021	25,2%
2022	28,9%

Fonte: PEIC (2022).

Segundo a Tabela 2, a consequência desfavorável desse nível mais elevado de endividamento é a inadimplência, que atingiu níveis recordes. No ano de 2022, a porcentagem de famílias brasileiras com contas pendentes alcançou 28,9%, também representando o maior nível já registrado na série histórica da PEIC (CNC, 2022).

Para calcular esse indicador, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida pela CNC, leva em consideração as obrigações pendentes a serem quitadas, como cheques pré-datados, cartões de crédito, cheque especial, carnês de lojas, empréstimos consignados, empréstimos pessoais, prestações de veículos e moradias. A Tabela 3 apresenta o percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida entre os anos de 2019 e 2022.

Tabela 3 – Percentual médio de famílias brasileiras endividadas nas principais modalidades de dívida entre 2019 e 2022

Tipo de dívida	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%
Carnês	15,3%	16,8%	18,1%	19,0%
Financiamento de carro	9,9%	10,7%	11,6%	10,4%
Crédito Pessoal	8,2%	8,5%	9,0%	9,0%
Financiamento de casa	8,7%	9,5%	9,1%	8,1%
Crédito Consignado	5,5%	6,6%	6,5%	5,5%
Cheque Especial	5,9%	5,9%	5,6%	5,4%
Outras dívidas	2,4%	2,2%	2,3%	2,2%
Cheque pré-datado	1,9%	0,9%	1,0%	0,6%

Fonte: PEIC (2022).

Considerando a Tabela 3, conforme ocorreu nos anos anteriores, o cartão de crédito se manteve como a modalidade de dívida mais mencionada pelas famílias em 2022, representando uma média anual de 86,6% daquelas com dívidas. Após o aumento significativo entre 2020 e 2021, observou-se novamente um crescimento na proporção de indivíduos endividados no cartão, com um aumento de 4,0 pontos percentuais, destacando-se em comparação com os acréscimos nas outras formas de dívida.

No decorrer dos últimos 4 anos, a proporção de indivíduos endividados no cartão de crédito aumentou em 7,9 pontos percentuais. Entretanto, após o período pós-pandemia, as dívidas imobiliárias diminuíram em relação à proporção dos endividados. A Tabela 4 apresenta o percentual médio da renda comprometida com dívidas e tempo de comprometimento, em meses, entre os anos de 2019 e 2022.

Tabela 4 – Percentual médio da renda comprometida com dívidas e o tempo de comprometimento dos brasileiros entre 2019 e 2022

Ano	Parcela média da renda comprometida (entre os endividados)	Tempo médio de comprometimento com a dívida (entre os endividados)
2019	29,5%	6,9 meses
2020	30,0%	7,2 meses
2021	30,2%	7,1 meses
2022	30,2%	7,0 meses

Fonte: PEIC (2022).

Nesse sentido, a Tabela 4 evidencia que, desde o ano de 2020, os consumidores têm optado por encurtar os prazos de empréstimos e financiamentos, direcionando-se para modalidades de crédito voltadas para necessidades de curto prazo. Esse comportamento é um reflexo do notável aumento da relevância do cartão de crédito, que está associado a prazos de pagamento mais curtos.

Mesmo com o alívio temporário na renda dos consumidores, não houve uma redução significativa no comprometimento com as dívidas. Em média, os brasileiros alocaram 30,2% de sua renda mensal para o pagamento de dívidas contraídas com instituições financeiras. Isso significa que a cada R\$ 1.000,00 de renda, R\$ 302,00 foram direcionados para o pagamento de dívidas. O período médio de comprometimento com dívidas é de sete meses, um intervalo que tem diminuído no período pós-pandemia. A Tabela 5 apresenta o percentual de inadimplência por faixa de renda entre os anos de 2019 e 2022.

Tabela 5 – Inadimplência por faixa de renda no Brasil entre 2019 e 2022

Famílias com dívidas em atraso	2019	2020	2021	2022
Até 10 salários-mínimos	26,9%	28,7%	28,2%	32,3%
Acima de 10 salários-mínimos	11,2%	11,4%	11,8%	13,3%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	2019	2020	2021	2022

Até 10 salários-mínimos	11,2%	12,8%	12,4%	13,0%
Acima de 10 salários-mínimos	3,5%	4,2%	3,5%	3,1%

Fonte: PEIC (2022).

Conforme a Tabela 5, a incidência de famílias com dívidas em atraso foi mais pronunciada no caso das famílias com renda mais baixa, atingindo 32,3%. Esse grupo foi mais impactado pelo rápido aumento da inflação, principalmente nas categorias de despesas que representam uma parcela significativa de seus orçamentos, como alimentação, saúde e habitação. Os dados apontam, ainda, que a cada mil famílias com renda de até 10 salários-mínimos, em média, 323 delas atrasaram o pagamento de dívidas no ano passado, representando o maior número desde 2019.

No caso das famílias com renda mais elevada, 2022 marcou o terceiro ano consecutivo de aumento na proporção daquelas com dívidas em atraso. A cada mil consumidores pertencentes a esse grupo, em média, 133 atrasaram o pagamento de dívidas, representando um acréscimo de 2,1 pontos percentuais nos últimos anos.

Dessa forma, apesar da inadimplência ser mais frequente entre as famílias de renda média e baixa, também se manifestou de maneira evidente nos dois grupos de renda examinados. A Tabela 6 apresenta o endividamento das famílias brasileiras, por gênero, em 2022.

Tabela 6 – Percentual de famílias endividadas no Brasil, por gênero, em 2022

Famílias endividadas	
Masculino	76,7%
Feminino	79,5%
Famílias com dívidas em atraso	
Masculino	28,1%
Feminino	29,6%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	
Masculino	10,3%
Feminino	10,9%

Fonte: PEIC (2022).

O ano de 2022 representou um desafio particularmente significativo para as mulheres, que são mais numerosas entre a população endividada, assim como entre os inadimplentes. Em média, 79,5% das consumidoras contraíram dívidas no ano anterior, em comparação com 76,7% dos homens, resultando em uma diferença de 2,8 pontos percentuais entre os gêneros.

As mulheres também foram as mais propensas a atrasar o pagamento de dívidas, com 29,6% do total de mulheres no país que não cumpriram os prazos, resultando em um aumento em seu nível de endividamento. A percepção sobre a inadimplência crônica afetou 10,9% das mulheres brasileiras e 10,6% dos homens, representando a proporção daqueles que declararam não ter a capacidade de quitar dívidas que já estão em atraso.

Atualmente, no Brasil, um grande contingente de cidadãos enfrenta problemas de endividamento. Dentre as diversas razões que contribuem para essa situação, a falta de habilidade na gestão financeira se destaca, representando a segunda causa mais frequente. O descontrole financeiro, caracterizado pelo gasto excessivo em relação à renda, associado à ausência de reservas para situações emergenciais e à falta do hábito de poupar, contribui significativamente para a dificuldade financeira enfrentada por milhões de brasileiros (Dos Anjos; De Carvalho Rufino, 2023).

A educação financeira, de acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 2018, refere-se ao processo pelo qual os consumidores adquirem e aprimoram conhecimentos relacionados às finanças. Isso envolve o entendimento dos produtos disponíveis no mercado e dos conceitos associados a eles, com o objetivo de facilitar a tomada de decisões mais informadas e assertivas. Dessa forma, o processo educacional em finanças desempenha um papel crucial, proporcionando uma compreensão aprimorada sobre poupança, investimento e, especialmente, consumo consciente. Isso prepara os consumidores para lidar de maneira mais informada com os apelos, facilidades e diversas opções de crédito oferecidas no mercado.

Conforme Maziero (2019), a educação financeira pode ser caracterizada como a competência que os indivíduos possuem para gerenciar suas finanças ao longo de

suas vidas. Aqueles que desenvolvem essa habilidade demonstram uma maior aptidão para lidar com as demandas do dia a dia e até mesmo imprevistos, avaliando qual é a decisão mais acertada para si e para sua família.

Segundo Buss e Amorim (2020), o momento mais propício para iniciar o contato com a educação financeira é durante o ensino fundamental. Isso se justifica pelo fato de que é nessa fase que crianças e adolescentes começam a moldar suas personalidades e a construir os conceitos e aprendizados que os acompanharão ao longo de suas vidas. Portanto, esse período é considerado ideal para adquirir conhecimentos sobre economia e cultivar bons hábitos relacionados às práticas comerciais e financeiras.

De acordo com Rodrigues (2018), a educação financeira vai além do mero conhecimento das finanças pessoais, pois ela representa uma ferramenta essencial que auxilia na eficaz gestão dos recursos individuais, possibilitando o progresso financeiro do indivíduo.

De acordo com a análise do perfil do inadimplente do SPC Brasil (2018), quando um consumidor enfrenta dificuldades para quitar suas dívidas, ele geralmente prioriza o pagamento das despesas essenciais para sua sobrevivência e a de sua família. Isso inclui o pagamento de itens como plano de saúde, aluguel e contas de luz, enquanto outras obrigações menos críticas, como empréstimos para familiares e amigos, faturas de cartão de crédito e carnês de lojas, podem ficar em atraso.

Conforme observado por Domingos (2019), a falta de educação financeira em uma parcela significativa da população leva ao endividamento desenfreado, resultando em níveis elevados de inadimplência. O autor também destaca que muitas pessoas tendem a confundir o que é verdadeiramente essencial com o que é supérfluo, caindo na armadilha do consumismo, o que prejudica sua saúde financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi analisar a trajetória da inadimplência no Brasil entre os anos de 2019 e 2022, identificando suas causas e implicações. Nesse contexto, a pesquisa buscou fornecer uma visão abrangente e atualizada do panorama da

inadimplência, contribuindo para o entendimento mais profundo desse fenômeno no cenário econômico brasileiro.

A contribuição deste estudo para o conhecimento existente reside na síntese de dados concretos que evidenciam as tendências e os fatores determinantes da inadimplência. Os resultados obtidos lançam luz sobre padrões específicos, oferecendo insights valiosos que podem orientar políticas públicas, estratégias financeiras e ações preventivas tanto no âmbito governamental quanto no setor privado.

A análise dos principais resultados revelou que, durante o período investigado, houve um aumento significativo na inadimplência, influenciado por fatores como a crise econômica, eventos extraordinários e mudanças nos padrões de consumo. A compreensão desses resultados à luz da teoria exposta permitiu uma interpretação mais robusta dos fenômenos observados, destacando a interconexão entre variáveis econômicas e o comportamento dos devedores.

Entretanto, é imperativo reconhecer as limitações inerentes a este estudo. A análise baseou-se em dados disponíveis até o ano de 2022, e novos eventos podem ter impactos subsequentes. Além disso, a complexidade do fenômeno da inadimplência sugere a existência de variáveis não consideradas neste estudo, o que sugere a necessidade de pesquisas adicionais para uma compreensão mais abrangente.

Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise mais detalhada das variáveis socioeconômicas e a incorporação de métodos qualitativos para compreender as experiências individuais dos devedores. Explorar estratégias de educação financeira e avaliar seu impacto na redução da inadimplência também representa uma área promissora para investigação.

Em resumo, este estudo oferece uma perspectiva abrangente sobre a trajetória da inadimplência no Brasil, destacando sua relevância e fornecendo bases sólidas para pesquisas futuras e ações práticas no âmbito financeiro e econômico do país.

REFERÊNCIAS

AAKER, David A. **Construindo marcas fortes**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

AGUIARI, Elter. **Qual é o seu índice de endividamento pessoal?** 2019. Disponível em: <http://opoderparavencer.com.br/qual-e-o-seu-indice-de-endividamento-pessoal/>. Acesso em: 30 set. 2023.

ANTONIAZZI, Elisiane Aparecida et al. Renda, endividamento e inadimplência: uma análise brasileira no período de 2010 a 2016. **Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social**, n. 27, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oidles/27/renda-brasileira.zip>. Acesso em: 03 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2019. Acesso em: 1 set. 2023.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132416>. Acesso em: 12 set. 2023.

ALVES, Mylena Barreiros Epifânio; DE CARVALHO, Ana Barreiros. Finanças pessoais: um estudo sobre a relação entre o conhecimento de gestão financeira e o nível de endividamento pessoal. **Revista Valore**, v. 5, p. 340-354, 2020. Disponível em: <https://valore.homologacao.emnuvens.com.br/valore/article/view/867/645>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Institui o Código Civil. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.383, de 10 de dezembro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Agronegócio brasileiro: desempenho do comércio exterior. 2. ed. Brasília, DF: Mapa, 2022.

BECKER, Kalinca Léia; DE CONJUNTURA, Análise. **Ampliação do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC)**: essencial para amenizar a pobreza e urgente em tempos de pandemia. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/820/2020/05/An%C3%A1lise-de-Conjuntura-02.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

BUSS, Larissa da Silva; AMORIM, Gabriela Vicente de. **Educação financeira**: a importância da sua inclusão no processo de ensino aprendizagem desde o ensino fundamental. Matemática-Tubarão, 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS - CNDL; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC. Inadimplência de Pessoas, 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/02/An%C3%A1lise-1.pdf>. Acesso em: 11 novembro 2023.

CORDENONSSI, Ana. **Jornalismo cultural e sociabilidade moderna:** estudo do caderno eu&fim de semana do jornal valor econômico. 2010. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1837>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS - CNDL; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC. Inadimplência de Pessoas, 2020. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wpcontent/uploads/2019/02/An%C3%A1lise-1.pdf>. Acesso em: 09 novembro 2023.

CNC. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - outubro 2022. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_outubro_2014.pdf.

CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/podcast-e-tem-mais-endividamento-recorde-pressiona-orcamento-das-familias/#:~:text=A%20crise%20econ%C3%B4mica%20trazida%20pela,iniciada%20em%20janeiro%20de%202005>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

DOMINGOS, Reinaldo. **Nome sujo pode ser a solução.** São Paulo: DSOP, 2019.

EUGENIO, P. Universidade Federal de Santa Catarina **Centro socioeconômico departamento de ciências da administração as consequências das mídias sociais no consumo e no endividamento em diferentes ciclos de vida.** 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/228225/TCC_PedroeVini_%282%29_assinado.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 6 nov. 2023.

FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane Cristina; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, p. 150-171, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/5V8WcFdTxhzJV73ztc3mdBh/>. Acesso em: 09 set. 2023.

FELIPE, Israel José dos Santos et al. Efeito de crise econômica sobre escolhas de ativos para investimentos pessoais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 84-109, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/xsQPBLhjzjKzJnbhpNpBXwQ/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica.** João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DE FREITAS, Rodrigo Rodrigues; JUNIOR, Ronaldo Bernardo; SEYDI, Lansana. Efeitos do crédito como variável da inadimplência, inflação e desemprego na economia brasileira. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 1, p. 32-47, 2017. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rbadm/article/view/1483>. Acesso em 14 out. 2023.

FRIOLIM, Patrícia Conde. Crédito, **consumo e endividamento**: uma análise sobre os impactos da expansão do crédito no consumo das famílias brasileiras no período 2003-2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Pampa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/handle/rii/2053>. Acesso em: 08 set. 2023.

GULLO, Maria Carolina R. A economia na pandemia Covid-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. Esp. 3, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473564229005/movil/>. Acesso em: 30 set. 2023.

BEN HASSEN, Tarek; EL BILALI, Hamid. **Impacts of the Russia-Ukraine war on global food security**: towards more sustainable and resilient food systems?. **Foods**, v. 11, n. 15, p. 2301, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-8158/11/15/2301>. Acesso em: 25 set. 2023.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 50, p. 169-182, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rausp/a/CyPcqQwdHNqx46YL8495sRn/?lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2023.

DE LIMA, Alexandre Vasconcelos; FREITAS, Elísio De Azevedo. A pandemia e os impactos na economia brasileira. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4773>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MAZIERO, Marina Andretta. **Educação financeira**: hábitos e costumes econômicos. 2019. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4976/TCC%20Marina%20Andretta%20Maziero.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 out. 2023.

MELO, Carlos; CABRAL, Sandro. A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalisador da COVID-19. **Gestão e Sociedade**, v. 14, n. 39, 2020. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagcd%3A3%3A17329523/detailv2?sid=ebsco%3>

Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A144419515&crl=c. Acesso em: 30 out. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ministério da Economia avalia impacto econômico do novo coronavírus. Disponível em: <http://www.economia.gov.br/noticias/2020/marco/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 02/11/2023.

OLIVEIRA, Gabriele; CORONATO, Marcos. Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. **Revista Época**, n. 926, 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>. Acesso em: 1 jul. 2023.

DIZ, André; POSSAMAI, Roberta; SERIGATI, Felipe. Projeções para a agroindústria brasileira em 2022. **AgroANALYSIS**, v. 42, n. 9, p. 14-15, 2022. Disponível em: <https://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=15378>. Acesso em: 02/11/2023.

RAMOS, Fabiana. **Endividamento**: como saber se faço parte da estatística? Serasa. 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-como-saber-se-faco-parte-da-estatistica/>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

REIS, Tiago. **Análise de indicadores**: conheça a importância de levá-los em conta. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/analise-indicadores/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ROBSON, Colin. **Real World Research**: A Resource for Social Scientists and Practitioner- Researchers. Wiley, 2002.

DOS ANJOS, Layanne Mesquita; DE CARVALHO RUFINO, Marta Cacilda. A importância da educação financeira como disciplina curricular: Revisão bibliográfica. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, p. 87-110, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1248>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SERASA. Pesquisa 2021 Endividamento, 2020. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2020/Pesquisa-Endividamento-2020-Release-..pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

SERASA EXPERIAN. Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito 2018. Disponível em: http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/demanda_pf_credito.htm. Acesso em: 30/10/2023.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO BRASIL (SPC, org.). Inadimplência de Pessoas Físicas. Brasil: SPC, 2020.

DA SILVA, Mygre Lopes; DA SILVA, Rodrigo Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unilasalle.edu.br/index.php/divulgacao/article/view/9971>. Acesso em: 6 jul. 2023.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. Global Impact of war in Ukraine on food, energy and finance systems. **Brief**, n. 1, 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/global-impact-war-ukraine-food-energy-and-finance-systems#:~:text=On%20the%20brink%20of%20int/report/world/global-impact-war-ukraine-food-energy-and-finance-systems#:~:text=On%20the%20brink%20of%20Conjuntura-02.pdf>. Acesso em: 4 out. 2023.

ZANCANARO, Vinicius. **A oferta de crédito e a inadimplência no Brasil**. 2018. 23 f. Artigo (Especialização em finanças e mercado de capitais) – Curso de pós-graduação em finanças e mercado de capitais, UNIJUI, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3923?show=full>. Acesso em: 10 mai. 2023.

AUTORES:

João Henrique Kreutzer, *Graduado em Administração da UNIARP. E-mail: joao.kreutzer@hotmail.com*

Leandro Hupalo, *Graduado em Matemática pela UNOESC, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Professor da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: leandrohupalo.lh@gmail.com.*